



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE SÃO PAULO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE SÃO PAULO
ACÓRDÃO/DECISÃO MONOCRÁTICA
REGISTRADO(A) SOB Nº

ACÓRDÃO



03894544

Vistos, relatados e discutidos estes autos de
Embargos Infringentes nº
0139316-48.2011.8.26.0000/50001, da Comarca de São
Paulo, em que é embargante VELUPRESS ESTAMPARIA DE
PAPÉIS E TECIDOS LTDA E OUTROS, é embargado FINASA
SEGURADORA S/A E OUTROS.

ACORDAM, em 5ª Câmara de Direito Privado do
Tribunal de Justiça de São Paulo, proferir a seguinte
decisão: "POR MAIORIA DE VOTOS, REJEITARAM OS
EMBARGOS INFRINGENTES. O 2º JUIZ DECLARARÁ VOTO
CONVERGENTE. O 4º JUIZ, EM PRELIMINAR, NÃO OS
CONHECIA E, NO MÉRITO, OS ACOLHIA E NÃO DECLARARÁ
VOTO.", de conformidade com o voto do(a) Relator(a),
que integra este acórdão.

O julgamento teve a participação dos
Desembargadores MOREIRA VIEGAS (Presidente), EDSON
LUIZ DE QUEIROZ, ERICKSON GAVAZZA MARQUES E JAMES
SIANO.

São Paulo, 6 de novembro de 2013.

A.C. MATHIAS COLTRO
RELATOR

Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo

5ª CÂMARA — SEÇÃO DE DIREITO PRIVADO

EMBARGOS INFRINGENTES Nº 0139316-48.2011.8.26.0000/50001 — Voto Nº 26144

COMARCA: SÃO PAULO (4ª VARA CÍVEL)

EMBARGANTE(S): VELUPRESS ESTAMPARIA DE PAPEIS E TECIDOS LTDA E OUTROS

EMBARGADO(S): FINASA SEGURADORA S/A E OUTROS

NATUREZA DA AÇÃO: SEGURO EMPRESARIAL E LIQUIDAÇÃO DE SENTENÇA

EMENTA: EMBARGOS INFRINGENTES — SEGURO EMPRESARIAL — PROCESSO EM FASE DE LIQUIDAÇÃO — LIMITAÇÃO DO VALOR INDENIZATÓRIO AO PREVISTO NA APÓLICE — INDENIZAÇÃO DOS DANOS EMERGENTES QUE JÁ ATINGIU O MÁXIMO ESTIPULADO — IMPOSIÇÃO DE PAGAMENTO DE VALORES EXCEDENTES DA COBERTURA CONTRATADA — INADMISSIBILIDADE — PRECEDENTES DO COLENDO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA - EMBARGOS REJEITADOS.

Embargos infringentes interpostos com base no voto vencido do digno Segundo Juiz no agravo de instrumento, Des. James Siano, o qual pretende a embargante prevaleça.


Regularmente processado, sem apresentação das contrarrazões (fls. 875/909).

É o relatório necessário.

Por primeiro, os presentes embargos infringentes são conhecidos, tendo em vista entendimento jurisprudencial do Colendo Superior Tribunal de Justiça, a seguir transcrito:

AGRAVO NO RECURSO ESPECIAL. AGRAVO REGIMENTAL. AGRAVO DE INSTRUMENTO. CABIMENTO DE EMBARGOS INFRINGENTES. DECISÃO NÃO UNÂNIME. MATÉRIA DE MÉRITO.

1.- Conforme o entendimento perfilhado na jurisprudência desta Corte são cabíveis Embargos Infringentes contra decisão majoritária proferida em Agravo de Instrumento, quando neste for decidida matéria de mérito, como no caso dos autos. Precedente da Corte Especial.



2.- Agravo Regimental improvido.

**(AgRg no AREsp 12778/SP - Rel. Sidnei Beneti - 3ª Turma - j.
05/02/2013 - pub. DJe 26/02/2013)**

Ademais, a matéria tratada nestes autos é eminentemente de mérito, já que diz com a própria cobertura securitária dos lucros cessantes a que faria jus a embargante, nos termos do v. acórdão liquidando.

Feitas essas considerações e em que pese o entendimento externado no voto vencido, tenho que deve ser negado provimento ao recurso da demandante na esteira do quanto declinado pela douta maioria.

Como constou do v. acórdão, ora em fase de liquidação, os lucros cessantes estão limitados aos termos da apólice contratada.

De acordo com a proposta de fls. 282/283 as partes estipularam limites máximos indenizáveis, para as coberturas previstas, sendo certo que para o caso de vendaval era de R\$ 200.000,00.

Destarte, a indenização pelos danos emergentes e lucros cessantes tem como limite máximo a referida quantia.

Como é cediço, as seguradoras só se obrigam a indenizar os riscos futuros previstos na apólice e nos valores convencionados.

A esse respeito, valiosos os ensinamentos de Pontes de Miranda¹:

“O valor do seguro pode ser limitado por lei, ou restringido pelo segurador, em seus planos de seguros e nas cláusulas de suas apólices, quase sempre já insertas nas fórmulas para ofertas. Com as limitações legais e as restrições negociais evita-se, em parte, o perigo dos sinistros dolosos[...]”

E arremata o ilustre autor²:

“Nos seguros em geral, há de constar da apólice de seguro o valor do seguro, dito valor segurado. A determinação, se o seguro é de danos, tem de ser até máximo, que é o do valor dos danos possíveis, oriundos do sinistro, dito valor segurável [...].

A fixação do valor segurado é elemento essencial do contrato, mesmo se coincide com o valor segurável, isto é, o valor do bem”.

Portanto e como bem frisado pelo eminente Relator, se a indenização dos danos emergentes já atingiu o limite máximo da indenização contratada, não há como se responsabilizar as agravantes pela reparação de qualquer outro valor a título de lucros cessantes.

Nesse sentido, a jurisprudência do Colendo Superior Tribunal de Justiça:

CIVIL. AÇÃO DE INDENIZAÇÃO. ATROPELAMENTO FATAL. DENUNCIAÇÃO À LIDE DA SEGURADORA.

¹ Tratado de Direito Privado – Tomo XLV - 3ª ed. – Rio de Janeiro – Borsoi – 1972 – p. 287.

² Idem, pg. 309/310

ILEGITIMIDADE ATIVA DA RÉ PARA A DENÚNCIAÇÃO À LIDE. NÃO PREQUESTIONAMENTO. PRESCRIÇÃO. INOCORRÊNCIA. ESTADO DE EMBRIAGUEZ DO PREPOSTO. AUMENTO DO RISCO. EXCLUDENTE DE COBERTURA NÃO CONFIGURADA. LIMITE DO SEGURO. EXTRAPOLAÇÃO PELO ACÓRDÃO ESTADUAL.

I. A ausência de prequestionamento no acórdão, e a deficiência na demonstração do dissídio, impedem a apreciação, na instância especial, do tema alusivo à ilegitimidade ativa da empresa transportadora ré.

II. Inocorrência de prescrição, eis que entre a ciência da ré do ajuizamento da ação indenizatória e a citação da empresa seguradora, decorreu menos de um ano.

III. Para a configuração da hipótese de exclusão da cobertura securitária prevista no art. 1.454 da lei substantiva civil, exige-se que a contratante do seguro tenha diretamente agido de forma a aumentar o risco, o que não ocorre quando não concorreu para o estado de alcoolização do preposto que conduzia o veículo causador do sinistro, cujo estado mórbido, aliás, não restou plenamente caracterizado segundo o Tribunal de apelação, soberano no exame da prova.

IV. A condenação da seguradora tem como limite o valor previsto na apólice, merecendo reparo o acórdão que, em seu dispositivo, determina, amplamente, a sua responsabilização pelo ressarcimento pleno. À transportadora ré cabe o ressarcimento que extrapolar o teto da cobertura securitária.

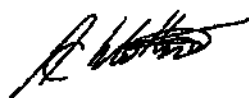
V. Recurso conhecido em parte e, nessa parte, parcialmente provido.

(REsp 236052/SP – Rel. Min. Aldir Passarinho Junior – 4ª Turma – j. 23/05/2000 – publ. DJ 28/08/2000 p. 89) (não há grifo no original)

Assim, tem-se que deve prevalecer o quanto deliberado pela douta maioria, no julgamento do agravo de instrumento.

Essas as razões pelas quais se entende não ser possível acolher os embargos infringentes, manifestando-se aqui o quanto se tem como necessário e suficiente à solução da causa, dentro da moldura em que apresentada e segundo o espectro da lide e legislação incidente na espécie, sem ensejo a disposição diversa e conducente a outra conclusão, inclusive no tocante a eventual pré-questionamento de questão federal, anotando-se, por fim, haver-se decidido a matéria consoante o que a turma julgadora teve como preciso a tanto, na formação de sua convicção, sem ensejo a que se afirme sobre eventual desconsideração ao que quer que seja, no âmbito do debate travado entre os litigantes.

Ante o exposto, são os embargos rejeitados.



A.B. Mathias Coltro
Relator



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
5ª CÂMARA DE DIREITO PRIVADO

Voto nº 8207

Embargos infringentes nº 0139316-48.2011.8.26.0000/50001

Embargantes: Velupress Estamparia de Papeis e Tecidos Ltda., Marles Indústria Têxtil e Comércio Ltda. e Têxtil Marlita Ltda.

Embargados: Finasa Seguradora S/A. Companhia Paulista de Seguros, Generali do Brasil Companhia Nacional de Seguros, General Accident Companhia de Seguros, América Latina Companhia de Seguros, Companhia Real Brasileira de Seguros, Itaú Seguros S/A e Real Previdência e Seguros S/A
Relator : Mathias Coltro (v.26144)

DECLARAÇÃO DE VOTO CONCORDANTE

Vistos.

Trata-se de ação de cobrança de indenização securitária, em fase de cumprimento de sentença. Discute-se, nestes embargos infringentes, a aplicabilidade de lucros cessantes, para a aferição do montante indenizável. A princípio, a indenização securitária, seja por danos emergentes, seja por lucros cessantes, não pode ser feita em valor superior ao limite máximo fixado em contrato.

As partes estipularam limites de indenização securitária e, no caso de vendaval, o valor máximo era de R\$ 200.000,00.

Consta expressamente do texto do V.Acórdão proferido na fase de conhecimento, que "... a autora Velupress tem direito a receber a indenização pelo desmoração da cobertura, em razão do vendaval, incluído na cobertura pedido sucessivo. A todas as autoras assistem os lucros cessantes nos termos contratados na apólice".

No entanto, não há previsão contratual para incidência específica de lucros cessantes para o caso de indenização por danos causados por vendaval. Também não há estipulação contratual ou previsão legal para a indenização por lucros cessantes e danos emergentes em valor superior ao contratado.

Finalmente, o prêmio pago pela autora vincula-se exclusivamente à cobertura contratada. A cobertura securitária não pode ser ampliada, sob risco de quebra da comutatividade contratual.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
5ª CÂMARA DE DIREITO PRIVADO

2

Destarte, a questão posta nos autos resolve-se pela interpretação das cláusulas do contrato. No entanto, qualquer que seja o método utilizado, em nenhuma hipótese, a interpretação pode colidir com o seu conteúdo nos casos em que o ajuste tenha sido de tal clareza que não permita dúvida.

Resumindo: a indenização por lucros cessantes está vinculada aos termos do contrato.

Pelo exposto, pelo meu voto, acompanho o E. Relator Desembargador A.C.MATHIAS COLTRO, REJEITANDO os embargos infringentes opostos.

EDSON LUIZ DE QUEIROZ
2º Juiz